

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.542.025 - SP (2019/0204159-7)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : HELIO SANTOS
ADVOGADO : JOÃO RIBEIRO DA SILVA NETO - GO015511
AGRAVADO : JOSE EDGARD DE QUEIROZ FERREIRA NETO
ADVOGADO : OSVALDO LUÍS ZAGO - SP101030

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por HÉLIO SANTOS contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO Embargos à Execução Instrumento Particular de Confissão de Dívida Alegação de falta de título executivo e que o valor cobrado não é devido, uma vez que a confissão de dívida em apreço decorre de instrumento particular de compra e venda de imóvel rural e da empresa QUEIFI firmado entre as partes, através do qual ficou acordado que o não cumprimento das obrigações assumidas pelo vendedor, suspenderia o pagamento das prestações vincendas, o que ocorreu no caso em apreço, uma vez que o embargado não honrou com a obrigação de entregar determinados documentos e transferir a sociedade empresaria proprietária do imóvel rural ao embargante até o presente momento Sentença de improcedência Inconformismo do embargante, suscitando preliminar de nulidade da sentença por não ter sido apreciada a preliminar levantada em sede de embargos, consistente na carência da ação por inexistência de título líquido, certo e exigível, nulidade de citação e existência de contraprestação.

No mérito, alega a procedência dos embargos, uma vez que não restam dúvidas de que o instrumento de confissão de dívida exequendo está atrelado ao contrato de compra e venda de imóvel e da empresa e que, assim como o aditivo, se referem a uma única transação, não havendo que se falar em divisão ou limitação das obrigações assumidas pelo exequente. Alega, ainda, que o exequente figurou como responsável solidário da empresa vendedora em todas as obrigações, inclusive, na entrega da documentação e transferência das ações da empresa vendedora, o que não foi cumprido até o momento, razão pela qual é perfeitamente cabível a suspensão dos pagamentos, não havendo que se falar em qualquer valor devido pelo embargante - Descabimento Preliminar de nulidade afastada O descumprimento por parte do embargado das obrigações assumidas no Instrumento Particular de Compra e Venda não suspende o pagamento das parcelas assumidas pelo embargante no Termo de Confissão de Dívida, ora executado Instrumentos distintos Recurso desprovi do" (fl. 252, e-STJ).

No recurso especial, o recorrente alega que houve violação dos arts. 167, 168, 169 e 476 do Código Civil e 917, § 2º, IV, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta que:

a) o título exequendo não pode *"ser considerado líquido, certo e exigível, pois padece em seu nascedouro de nulidade"* (fl. 270, e-STJ);

Superior Tribunal de Justiça

b) houve simulação, sendo nula a confissão de dívida, e

c) no contrato há cláusulas ambíguas e abusivas.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. 341-356 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

O tribunal estadual, ao analisar o contexto fático-probatório dos autos, concluiu:

"(...)

Em que pesem as alegações do embargante, a r. sentença não merece reparo.

Isto porque, embora o embargante insista na tese que o pagamento do valor executado está suspenso em razão do não cumprimento da obrigação assumida pelo embargado, não é o que se tem nos autos.

Isto porque, como bem observado pelo MM Juiz sentenciante, ainda que se reconheça que todos os contratos firmados entre as partes tiveram como único objetivo a transferência da propriedade rural ao embargante, o fato de terem dividido o negócio em dois instrumentos, sendo um 'instrumento particular de compra e venda' no valor de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) referente a transferência das ações e do imóvel rural e outro 'instrumento particular de confissão de dívida' no mesmo valor, mas referente a compra e venda de bens semoventes, equipamentos agrícolas e utensílios agrários, não abrangidos no primeiro (cfr. fls. 94), acabou por dividir também as obrigações e limitar os efeitos da exceção do contrato não cumprido, sendo certo que o descumprimento das obrigações assumidas no instrumento de compra e venda não pode refletir no termo de confissão de dívida.

Assim, ainda que o exequente, ora embargado não tenha cumprido a obrigação assumida no instrumento de compra e venda, consistente na transferência do imóvel, tal inadimplemento só tem o efeito de suspender o pagamento assumido no referido instrumento e não no termo de confissão de dívida, até porque, as obrigações assumidas em cada instrumento são distintas.

(...)

A intenção das partes em restringirem os efeitos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo Embargado, aliás, é evidenciada pela análise do 'Contrato de Reratificação de Compra e Venda e Outras Avenças', dentre cujas disposições está expressamente previsto que 'o não pagamento das dívidas relacionadas na letra 'a' a cláusula 3.5. do contrato ora aditado [relacionada ao levantamento das restrições e ônus existentes sobre o bem], até o vencimento da penúltima parcela, implicará na retenção das duas últimas parcelas", evidenciando a intenção das partes em modular os efeitos da exceção do contrato não cumprido.

Não fosse o bastante, como reconhecido nos autos da execução embargada, as partes resolveram estabelecer em cada um dos

Superior Tribunal de Justiça

contratos foros de eleição diferentes Bragança Paulista/SP (pág. 96) e São Félix do Araguaia/MT (pág. 50) -, reforçando os sinais de que pretendiam que eventuais litígios decorrentes da transação comercial fossem resolvidos de forma separada, em juízos diferentes, autorizando, inclusive, soluções jurídicas diversas para o inadimplemento das obrigações previstas em cada um dos contratos.

Por tal motivo, não se sustenta a tese defensiva trazida em juízo pelo Embargante, não havendo substrato contratual ou legal para embasar ou legitimar o inadimplemento contratual que lhe é imputado, e que restou incontroverso nos autos.

Também por isso, ou seja, pela demonstração inequívoca da intenção das partes em modular os efeitos da exceção do contrato não cumprido, fracionando de forma legítima e consensual o negócio jurídico entabulado isolando a transferência da titularidade da empresa da posse precária do imóvel rural e da propriedade dos bens que o guarneciam - não há que se cogitar a ocorrência do vício da simulação (art. 167, do Código Civil)" (fls. 256-261, e-STJ - grifou-se).

Dessa forma, rever o entendimento do acórdão impugnado implicaria o reexame de cláusulas contratuais e do contexto fático do processo, procedimento inadmissível em recurso especial, nos termos das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da dívida, os quais devem ser majorados para o patamar de 17% (dezessete por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator